

# Um grande Portugal

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)



Há 12 anos, quando o então presidente Lula entregou a faixa presidencial para sua aliada Dilma Rousseff, o mundo era diferente. Nos Estados Unidos, pela primeira vez, um negro alcançava a presidência. Barack Obama irradiava esperança e insinuava novos tempos. Seu representante na política internacional era o vice-presidente Joe Biden, político experiente. Na economia, o processo de globalização era venerado e praticado em todos os recantos do mundo. As principais empresas procuravam produzir com menor custo em qualquer lugar do planeta, porque a economia se transformou num processo global.

O mundo se tornou um lugar menor. No Brasil e nos Estados Unidos, essa política provocou forte movimento de desindustrialização porque empresas nacionais transferiram suas operações para onde o custo era menor. A globalização produziu desemprego em larga escala. E provocou o surgimento de uma extrema direita arrogante, belicosa e nada democrática. O fenômeno produziu Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil, entre outros líderes de tendência semelhante que pipocaram na América e na Europa.

Essa é uma diferença básica entre o momento atual e aquele em que Lula passou a faixa presidencial à sua correligionária. O mundo mudou muito desde então. A globalização foi torpedeada pela pandemia que provocou a interrupção das correntes de produção em diversos locais do planeta, encareceu o transporte e travou a produção industrial. Os preços subiram e a inflação passou a preocupar até países estáveis como Inglaterra e Suíça. A guerra na Ucrânia influenciou no comércio de petróleo, gás, fertilizantes e trigo. Diante disso, os grandes produtores passaram a optar pelo modelo anterior: ter fornecedores perto de sua localização. A globalização entrou em crise.

Transição política é momento curioso. Os limites não são claros. O atual presidente não conhece a real extensão de seu poder, nem o futuro ocupante percebe com clareza o espaço colocado à sua frente antes de sentar-se na cadeira presidencial. No caso brasileiro, neste final de 2022, a situação ficou um pouco menos confusa porque o presidente Jair Bolsonaro entrou em crise tanto psicológica quanto física. Abateu-se com a derrota e passou a sofrer de uma infecção chamada erisipela. É difícil digerir a derrota. Sumiu da cena política.

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, passou por Brasília, deu as diretrizes para seus principais assessores e deixou o abacaxi nas mãos de seu vice, Geraldo Alckmin, para descascar os problemas. Ele e seus colegas já designaram mais de 200 pessoas para o escritório de transição, embora poucos tenham sido efetivamente nomeados. Lula está voando alto no jatinho de seu amigo, um Gulfstream600, capaz de chegar a 45 mil pés de altitude e viajar sem escalas entre São Paulo e Cairo, no Egito. Um luxo. Ele se reuniu com representantes da China, Estados Unidos, Alemanha, Noruega e com secretário-geral da ONU para conversar sobre defesa do meio ambiente. Fez a estreia no palco central da reunião em Sharm el-Sheikh falando claramente sobre preservação da floresta amazônica, política de desmatamento zero e proteção dos povos originários.

Sucesso total. O Brasil retornou ao palco das relações internacionais. Em Brasília, seus companheiros estão quebrando a cabeça para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional que abre espaço para gastar algo em torno de R\$ 200 bilhões destinados ao pagamento do bolsa família e outros mimos. O problema é que gasto em excesso provoca inflação.

O investidor tira dinheiro da bolsa de valores e provoca queda de preço das ações. O dólar sobe. É briga antiga. Entre gastar mais ou menos. Respeitar os limites ou avançar sobre as linhas de prudência para atender às urgências nacionais.

Lula vai responder a essas questões quando anunciar seu ministério. Boa parte dos quase 300 integrantes da comissão de transição vai ficar no sereno. A lua de mel será curta.

Ainda lhe resta conversar com os militares. Diálogo difícil. Depois de eleito, em 1985, Tancredo Neves se reuniu em segredo com Valter Pires, homem forte do Exército, na época. Desse encontro resultaram os limites da Nova República. E garantiu a transição tranquila. Algo parecido vai ocorrer nos próximos dias em Brasília. Enquanto isso não acontece, o presidente eleito foi recepcionado, incensado e louvado em Lisboa tanto pelas lideranças portuguesas quanto pela grande colônia de patricios que decidiu atravessar o Atlântico e fixar residência no além-mar. É o final da festa do giro internacional do presidente eleito. Na pátria mãe, também houve uma difícil transição de poder depois da Revolução dos Cravos em 1974. Há semelhanças. Alguém já disse que o Brasil pode se tornar um grande Portugal.

## Senado respeita a Constituição ao sabatar indicados ao STJ

» JORGE ANTÔNIO MAURIQUE NINO OLIVEIRA  
TOLDO FERNANDO MARCELO MENDES  
Ex-presidentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe

O Senado Federal cumpriu a Constituição Federal ao marcar as sabbatinas dos desembargadores federais Messod Azuly Netto e Paulo Sérgio Domingues na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que foram indicados para os cargos de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelo presidente da República. O desembargador federal Messod Azuly Netto, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro, foi indicado para a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Napoleão Nunes Maia Filho, que ocorreu em dezembro de 2020, enquanto o desembargador federal Paulo Sérgio Domingues, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo, foi indicado para a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Nefi Cordeiro, ocorrida em março de 2021.

Ocorrendo vaga no STJ, compete a esse tribunal formar lista de nomes, conforme a classe de origem (juizes de carreira, membros do Ministério Público ou advogados), a ser submetida ao presidente da República, que indica o nome de sua escolha e o submete à apreciação do Senado Federal. Uma vez aprovada a indicação, a pessoa escolhida é então nomeada pelo presidente para o cargo.

O processo para a formação dessa lista sofreu atraso significativo em razão da pandemia de covid-19, mas, em 11 de maio de 2022, o STJ votou quatro nomes entre os candidatos previamente inscritos para o preenchimento das duas vagas e o apresentou ao presidente da República para a escolha de dois deles. Em 1º de agosto de 2022, o presidente fez a indicação dos nomes e a submeteu à apreciação do Senado.

É importante dizer que essa indicação ocorreu muito tempo antes das eleições gerais de 2022 e, por isso, não tem nenhuma relação com elas. Por decisão dos líderes dos partidos e do presidente do Senado, as sabbatinas foram deixadas para depois do período eleitoral.

Por isso, dentro das regras do jogo democrático e do equilíbrio e harmonia entre os Poderes, é imprescindível que as sabbatinas na CCJ sejam realizadas no dia designado e, sendo aprovados os magistrados, a indicação do presidente da República seja votada pelo plenário do Senado. Espera-se que seja aprovada e os indicados sejam nomeados.

Algumas vozes isoladas defenderam o adiamento das sabbatinas para possibilitar ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, a reanálise das indicações. Isso, contudo, jamais ocorreu, não faz sentido, não é democrático nem republicano.

Qualquer tentativa de adiar esse processo para a próxima legislatura e com novo presidente não interessa aos poderes da República, pois há quase dois anos o Superior Tribunal de Justiça funciona sem a sua formação completa, com prejuízos aos jurisdicionados e à jurisprudência do Tribunal.

Ainda que as indicações tivessem ocorrido depois das eleições e não houvesse tempo hábil para as sabbatinas, mesmo assim a escolha do atual presidente da República deveria ser respeitada, como, aliás, já fez o próprio presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato.

Em dezembro de 2002, no final de seu governo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso indicou para o cargo de ministro do STJ o desembargador federal Teori Zavascki, que só veio a ser sabatinado pela CCJ do Senado em 26 de março de 2003, quando Lula já era presidente. Democráticamente, respeitou a indicação do seu antecessor e, depois de aprovada a indicação pelo Senado, nomeou-o ministro do STJ.

De saudosa memória, o ministro Teori Zavascki é exemplo de como deve ser respeitadas as regras de indicação de ministros para os tribunais superiores. É o que se espera neste momento de transição e que os indicados pelo presidente Jair Bolsonaro possam ser sabatinados, aprovados e nomeados para ocupar os relevantes cargos para os quais foram democraticamente indicados.

## O G20 nos salvará novamente desta crise?

» ÁNGEL ALONSO ARROBA  
Vice-reitor da Escola de Assuntos Globais e Públicos da IE Universityorreio Brasileira

Os líderes das principais potências mundiais se reuniram em Bali na nova cúpula do G20, o grupo das 19 nações mais desenvolvidas do mundo e a União Europeia. O evento despertou um especial interesse, já que foi a primeira vez em que os presidentes dos Estados Unidos, Joe Biden, e da China, Xi Jinping, se encontraram em um contexto de crescente tensão global que muitas pessoas já consideram como nova guerra fria. Vladimir Putin não participou do evento, apesar dos esforços do anfitrião, o presidente indonésio, Joko Widodo. Seria uma "foto de família" singular, em um momento marcado pela guerra na Ucrânia, pela tripla crise energética, econômica e alimentar e pelo retorno de uma ameaça nuclear que pensávamos estar restrita aos livros de história.

Apesar da previsível ausência da Rússia, não há dúvidas de que poucos fóruns multilaterais possuem a relevância do G20. É o que acabamos de ver na COP27 em Sharm el-Sheikh, cuja abertura foi marcada pela ausência de Biden, de Xi e de Narendra Modi (Índia), líderes dos três países mais poluentes do planeta.

O surgimento e a consolidação do G20 como o principal grupo de cooperação econômica e financeira internacional ocorreram precisamente em outro momento de crise atípica: 2008. Há 14 anos, o mundo também parecia estar à beira do colapso. Foi salvo, em grande medida, graças à audácia de líderes como Gordon Brown, Nicolas Sarkozy e Kevin Rudd, que, com a anuência inicial de George W. Bush e o posterior impulso de Barack Obama, souberam admitir o que o então G8 tinha relutado em admitir até então: a necessidade imperativa de implicar ativamente os grandes países emergentes na tomada de decisões sobre governança econômica global. Com visão e pragmatismo, transformaram um fórum que já existia desde 1999 integrados por ministros da economia e presidentes de bancos centrais, em uma cúpula de líderes, por meio de sucessivas reuniões em Washington, Londres e Pittsburgh.

Mas o tempo passou e deixou sua marca no G20. Ao longo dos anos, esse fórum passou por alguns altos e baixos, mas sempre conseguiu sobreviver quando muitos consideravam que estava morto,

ou pelo menos que estava agonizando. Talvez seu momento mais frágil tenha sido em 2020, durante a presidência saudita, marcada pela troca de acusações sobre a origem da covid-19 e pela incapacidade de articular uma agenda compartilhada como resposta à pandemia.

Como tantos outros espaços multilaterais, o G20 vinha sofrendo há anos não apenas com o desgaste das sucessivas presidências, com prioridades variáveis, mas especialmente com a erosão gradual do multilateralismo, que se acelerou desde 2015. Os catalisadores desse processo foram a implosão do G8 após a invasão da Crimeia pela Rússia, a crise migratória síria, o inédito retrocesso na construção europeia causado pelo Brexit e, é claro, a desastrosa presidência de Donald Trump. Em apenas quatro anos no cargo, o magnata de Nova York causou mais danos à cooperação internacional — e, conseqüentemente, à democracia de seu país — do que qualquer outro presidente na história recente. Ainda estamos pagando as conseqüências.

Será que assistimos ao enésimo ressurgimento do G20 em Bali, depois do discreto evento do ano passado em Roma? É pouco provável. Assim como em 2008, estamos novamente à beira do abismo. Mas a grande diferença entre o momento atual e 15 anos atrás é que a ameaça econômica é apenas o sintoma de uma grande fratura política que o planeta atravessa com uma intensidade inédita desde a queda do bloco soviético. O comércio e os investimentos transnacionais, que desde os anos de 1990 vinham favorecendo certa integração planetária devido à globalização, estão agora sendo superados e subordinados a dinâmicas centrífugas marcadas pela luta hegemônica global.

O soft power e a diplomacia econômica acabaram. Volta a reinar a política do poder mais realista e tradicional. Estamos assistindo ao crescente confronto de dois modelos antagônicos: o capitalismo de mercado, de viés democrático, e o capitalismo de Estado autoritário; o resto do planeta está se movendo entre os dois polos, com uma tendência perturbadora em direção a impulsos cada vez mais liberais. E, nos resquícios dessa luta, se infiltra o crescente confronto entre o globalismo e o nacionalismo, sem dúvida o debate decisivo do nosso tempo.